

A Banda Desenhada nas Bibliotecas Portuguesas

Adalberto Barreto

Bedeteca de Lisboa. Departamento de Bibliotecas e Arquivos. Câmara Municipal de Lisboa.

Palácio do Contador Mor, Rua Cidade do Lobito

1800-088 Lisboa

Tel: 218536676

E-mail: adalberto.barreto@cm-lisboa.pt

RESUMO

A comunicação começa por definir o conceito de banda desenhada dando a entender que é muito mais amplo do que aquilo que genericamente se entende por BD. Prossegue defendendo que a banda desenhada não é um meio exclusivamente dirigido a crianças e jovens. Contudo, o grosso da produção e da edição em banda desenhada continua a dirigir-se a estas faixas etárias (sobretudo a segunda). Alguns preconceitos ou estigmas ligados à banda desenhada têm marginalizado este meio nas bibliotecas portuguesas, contudo a leitura da BD, pode conduzir os jovens que apenas frequentam as secções de audiovisuais e multimedia a frequentar também as salas de leitura das bibliotecas. A BD comporta também algumas características que a distinguem da escrita tradicional (sobretudo nos modos de produção e de edição) que não foram ainda devidamente analisados pelas Ciências Documentais e que é necessário ter em atenção, até porque as bibliotecas em Portugal estão a catalogar a banda desenhada de forma diferente. Sugere-se no fim a criação de um grupo de trabalho para definir procedimentos comuns para a selecção e tratamento documental da banda desenhada.

PALAVRAS-CHAVE: Banda desenhada, Bibliotecas

INTRODUÇÃO E OBJECTIVOS

A presente comunicação visa sensibilizar os bibliotecários e os profissionais de bibliotecas para a necessidade de contemplar materiais de banda desenhada nas suas colecções. Neste sentido a comunicação procura em primeiro lugar mostrar que existe um vasto universo e um enorme potencial na banda desenhada, em segundo lugar pretende eliminar certos preconceitos ou estigmas que estão tradicionalmente ligados a esta forma de arte ou de simples comunicação (arte menor, sub literatura, forma de narração dirigida a um público infantil e juvenil, excesso de violência, etc.) e por último dar a conhecer uma série (não exaustiva) de questões relativas à cadeia documental que a Biblioteconomia tradicional não resolve ou para as quais os profissionais de bibliotecas não estão devidamente sensibilizados.

O QUE É A BANDA DESENHADA?

É, em primeiro lugar, um meio de expressão narrativo. Tal como na linguagem escrita a narrativa em banda desenha é sequencial, só que em vez de utilizar a palavra escrita como forma de expressão utiliza a imagem visual (com ou sem palavras a acompanhar). Assim, a banda

desenhada é um meio de expressão (artístico, informativo ou científico) narrativo através de imagens sequenciais.

Tal como sucede com a escrita a banda desenhada pode produzir livros de ficção (nomeadamente romances, aventuras, policial, histórica) ou de não ficção (biografias), pode elaborar manuais didácticos (para qualquer grau do ensino desde o básico ao superior), ensaios, teses e trabalhos académicos (no Japão já aconteceu serem apresentadas teses científicas na área da Economia em banda desenhada) ou reportagens. Pode também ser apresentada em forma de prosa ou de poesia.

Tal como a escrita a banda desenhada pode ser dirigida a um público infantil, jovem ou adulto. Pode ser ainda dirigida a especialistas em áreas determinadas do conhecimento humano (Economia, Direito, Física, Ciências Documentais) ou ao grande público.

O autor destas linhas, se tivesse talento suficiente, poderia perfeitamente apresentar este trabalho através de uma narrativa visual (não puramente escrita) ao público especialista constituído pela comunidade científica dos profissionais de bibliotecas e documentação, sem perder uma única linha do seu conteúdo, bem como o rigor científico ou a seriedade do mesmo.

Tal como o texto escrito a banda desenhada socorre-se exactamente dos mesmos suportes físicos e a níveis idênticos: a monografia, o seriado (ou recurso contínuo), o documento electrónico e o analítico.

Por fim, a banda desenhada não pode ser confundida com a obra ilustrada (nesta a narrativa não se desenvolve em imagens, são as imagens que acompanham a narrativa escrita). Não pode de igual modo ser confundida com a animação (a animação está para a banda desenhada tal o cinema está para a escrita), nem pode por último ser confundida com o *cartoon* ou a caricatura (em que se utiliza a uma só imagem ou ilustração para fazer sátira).

A QUESTÃO DA BANDA DESENHADA NA SOCIEDADE E NAS BIBLIOTECAS

A banda desenhada é contudo um meio de expressão que ainda não encontrou pleno reconhecimento pela sociedade, tanto ao nível do *establishment* cultural como ao nível científico.

A este meio de expressão tem estado sempre associado um certo estigma infantilizante (pouco sério) que a impede de ser plenamente reconhecida. Estigma esse que resulta do facto de a maioria das publicações que utilizam este meio de expressão narrativo se dirigirem (tanto historicamente como nos nossos dias) a um público jovem.

Assim, enquanto o mundo da cultura é dominado pelo quarteto da literatura, música, cinema e artes plásticas (pintura e escultura). O mundo da produção científica é dominado unicamente pela escrita (temos a título de exemplo as normas impostas para a apresentação de comunicações neste congresso).

Deste modo, não é estranho que a banda desenhada ocupe um papel secundário nas colecções das bibliotecas, uma vez que o mesmo sucede com a posição que ocupa na sociedade.

Os bibliotecários, por sua vez, quando chega a hora de seleccionar os materiais para a biblioteca acabam também por valorar negativamente a banda desenhada. Associam-na imediatamente como sendo dirigida a um público infantil ou jovem. Quando a associam a um público adulto é porque a obra comporta temática e imagens de sexo ou violência (exemplo [2]).

Verifica-se assim que existe um enorme desconhecimento por parte dos profissionais de bibliotecas em relação à banda desenhada.

A grande maioria é capaz de se lembrar de nomes como Hergé, Goscinny, Morris, Hugo Pratt, Moebius, Miguelanxo Prado, Bill Waterson, Eduardo Teixeira Coelho ou Quino – todos grandes autores, sem dúvida, mas quem ousa colocá-los no mesmo patamar, ou dirigidos ao mesmo público que os grandes nomes da literatura?

Por outro lado, quantos conhecem ou já ouviram falar em Art Spiegelman, Joe Sacco, Edmond Baudoin, Marjane Satrapi, Harvey Pekar ou José Carlos Fernandes?

É em relação a este tipo de autores que continua a haver um grande desconhecimento (quer dos *opinion makers* no meio cultural, quer dos profissionais de bibliotecas) o que os conduz muito injustamente a uma situação de marginalização. Marginalização por serem apenas reconhecidos no meio restrito da banda desenhada (que continua socialmente a ser conotada com o tal estigma infanto-juvenil), quando as suas obras narradas através de uma sequência de imagens (em BD, portanto) têm tanto de infanto-juvenil como a obras de Hemingway, Auster, Rimbaud, Borges, Villa-Matas ou Saramago.

Talvez por esse motivo, tanto os autores como os especialistas em banda desenhada começaram a designar este tipo de obras, dirigidas a um público exigente e maduro, como literatura gráfica.

Mas a banda desenhada tradicional, dirigida sobretudo a um público jovem, é também alvo de uma certa marginalização por parte das bibliotecas públicas. A este respeito e segundo um inquérito levado a cabo pela Bedeteca de Lisboa, 40% das bibliotecas (que responderam ao inquérito) consideram a banda desenhada como “a última das prioridades” em matéria de aquisições. Também o mesmo inquérito revela que apenas quatro bibliotecas afirmam ter um fundo documental de banda desenhada superior a 2% do fundo geral.

Contudo, este tipo de BD não deixa de ter grande mérito, pelo que deve ser também alvo de uma maior atenção por parte das bibliotecas, como iremos ver.

A BANDA DESENHADA COMO FORMA DE FIDELIZAR OS LEITORES À BIBLIOTECA

Uma das potencialidades mal exploradas da banda desenhada nas bibliotecas públicas é precisamente a de cativar os leitores na faixa etária da adolescência.

Sabemos que o segmento etário composto por adolescentes é aquele que tradicionalmente é mais difícil de se envolver nas actividades da biblioteca. Uma das causas do desinteresse pode ser precisamente a inexistência de uma oferta documental específica para este grupo populacional, que consome sobretudo produtos electrónicos: Internet, DVD, compactos musicais e banda desenhada. Consomem tudo o que tenha a ver com a cultura da imagem e do som.

Numa altura em que os jovens têm uma ampla oferta audiovisual e multimédia (videojogos, DVD, Internet) a banda desenhada pode surgir como uma ponte entre a cultura visual dominante e o mundo dos livros e da literatura tradicional.

Por outro lado, a fidelização dos leitores naquela fase complicada da adolescência e a promoção do uso dos diferentes serviços da biblioteca, na transição entre os diferentes níveis de leitura, é mais fácil através da BD do que através da literatura escrita. Ao contrário do que acontece com a literatura convencional (puramente escrita) o leitor de banda desenhada infantil, passa sem grande esforço (quase inconscientemente) para a banda desenhada dirigida aos jovens e, por sua vez, sem nenhum esforço para a literatura gráfica adulta. Ou seja: o jovem leitor não transita com tanta facilidade do “Harry Potter” para “Os Maias” como do “Asterix” para “Maus”. É, pois, lamentável que muitos se queixem que os jovens apenas se interessem pelas secções audiovisual e multimédia das bibliotecas e que em simultâneo haja um desconhecimento ou marginalização por parte dos profissionais de bibliotecas em relação à banda desenhada e às suas potencialidades.

CARACTERÍSTICAS DIFERENCIADORAS DA BANDA DESENHADA

Contudo, a banda desenhada, enquanto meio de narração sequencial em imagens comporta uma série de especificidades que a diferencia, por vezes, da narrativa tradicional escrita. Essas especificidades são importantes para o documentalista que selecciona, cataloga, classifica, indexa e empresta os materiais em banda desenhada e que nunca foram analisadas com a devida atenção pela Biblioteconomia.

A própria Biblioteca do Congresso só começou a tratar os seus materiais de banda desenhada em finais dos anos 70 (exemplo [6]). Até então a BD existente na Biblioteca do Congresso não tinha dignidade suficiente para ter direito a um registo bibliográfico. Não havia nenhum documentalista que pudesse comprovar através do catálogo a existência do Super Homem ou do Batman. Talvez, por isso, sejam tão raras as alusões à banda desenhada nos manuais e nas normas de Biblioteconomia. Contudo iremos analisar de seguida algumas dessas características:

TIPOLOGIA DOCUMENTAL

Começando logo pelas monografias de banda desenhada verifica-se que elas se dividem essencialmente em dois tipos (exemplo [3]):

- Obras monográficas de um só volume – em que a obra começa e acaba no mesmo volume.
- Obras monográficas em diferentes volumes – que por sua vez se subdividem:
 - Aventuras com as mesmas personagens que começam e acabam no mesmo volume (Astérix, Corto Maltese...)
 - Aventuras que continuam de um volume para o outro, em que a saga termina apenas no último volume (Akira, XIII...)
 - Obras que combinam aventuras auto conclusivas num só volume, com outras maiores que se desenvolvem em dois ou mais volumes (Blake & Mortimer, Blueberry...)

No caso da banda desenhada, ao contrário do que sucede com a literatura tradicional podemos afirmar com segurança que a regra é a das obras monográficas em diferentes volumes.

Um outro problema que a banda desenhada levanta é a questão da colecção, que em BD tem um significado diferente da colecção na literatura convencional. Na maioria dos casos a colecção em BD significa “obra em diferentes volumes”, enquanto na literatura convencional a colecção corresponde apenas a uma determinada linha editorial, sem que haja qualquer elo de ligação entre os diferentes títulos que compõem a colecção. São para todos os efeitos obras diferentes.

SELECÇÃO DOCUMENTAL

Em função da tipologia supra podemos antever que a selecção documental de banda desenhada deve ser bastante cuidadosa.

Assim, em primeiro lugar os esforços da biblioteca devem concentrar-se no sentido de completar as colecções de banda desenhada. Faz tanto sentido ter apenas um ou dois volumes do Akira ou do Blake & Mortimer, como ter apenas o primeiro volume do D. Quixote. Sempre que isso acontecer a obra está incompleta.

Estando as colecções (ou as obras) completas, pode a biblioteca partir para novas aquisições em banda desenhada, devendo ter em conta os seguintes critérios (exemplo [4]):

- Critério geográfico – o fundo de BD da biblioteca deve incorporar obras que representem geograficamente o universo mais significativo da banda desenha. Deve assim haver um equilíbrio entre autores portugueses, europeus, americanos, japoneses e uma atenção especial para os autores da CPLP (sobretudo brasileiros, uma vez que nos restantes países CPLP não existe mercado de banda desenhada).
- Critério cronológico – a colecção deve ter em conta os “fundadores” (os “pais” da banda desenhada que corresponde aos finais do séc.

XIX início do séc. XX), os clássicos, os contemporâneos e as novidades.

- Critério do estilo – significa que a colecção deve incluir as diferentes escolas e correntes mais conhecidas da banda desenhada, nomeadamente os álbuns franco-belgas, os super heroís, a manga (BD japonesa), a bd underground e a bd alternativa e independente (alternativa a uma cultura imposta pelos *mass media* e independente das grandes editoras).

Por último, é de lembrar que existem em Portugal diversas livrarias especializadas em banda desenhada (Lisboa, Porto, Coimbra e Almada). Se as bibliotecas recorrem a lojas especializadas para adquirir CDs, DVDs e jogos de computador, porque não o fazem em relação à banda desenhada, quando nessas lojas encontram pessoal qualificado que pode ajudar o documentalista a seleccionar e a completar as colecções?

O PROCESSAMENTO DOCUMENTAL : ALGUNS PROBLEMAS E SUGESTÕES

Pesquisa

Ao nível de pesquisa começamos por sugerir a possibilidade que deve ser conferida ao leitor de limitar a pesquisa à banda desenhada, sempre que a colecção (tanto o fundo geral como o fundo de banda desenhada) tenha uma dimensão tal que o justifique. Hoje em dia qualquer módulo de pesquisa (dos sistemas integrados de gestão de bibliotecas disponíveis no mercado) incorpora menus de restrição que permite à biblioteca fazer as restrições que entender para facilitar a pesquisa ao leitor. Por tipo de documento, por colecção, língua, etc.

Esta possibilidade de pesquisar apenas a banda desenhada facilita o trabalho ao leitor que se dirige à biblioteca só para consultar a colecção de BD e, por outro lado, permite identificar com facilidade, dentro de um determinado fundo documental a banda desenhada.

Catálogoção

Como sabemos, não existem regras específicas para a catálogoção da banda desenhada, ainda que sejam evidentes as diferenças entre este meio (narrativo através de imagens sequenciais com ou sem palavras) e a narração puramente escrita através de palavras. Contudo, também a banda desenhada socorre-se dos mesmos suportes e surge nos mesmos níveis que a escrita: monografias, seriados (recursos contínuos), documentos electrónicos e analíticos, pelo que temos de nos socorrer das normas existentes para catalogar estes materiais e fazer as adaptações que se afigurarem necessárias para a banda desenhada (exemplo [1]).

Descrição.

Seria entediante (nem esta comunicação se pode confundir com uma aula de catálogoção) estar a desenvolver em pormenor todas as especificidades da BD que conduzem a problemas de catálogoção. De qualquer modo gostaria de aflorar aqui alguns problemas e fornecer algumas sugestões relativas à descrição do documento (ISBD).

Assim, começam desde logo a surgir problemas na menção de responsabilidade. Como sabemos a banda desenhada é muitas vezes resultado de um trabalho a dois. O desenhador e o argumentista. Para saber a quem é que corresponde a primeira menção de responsabilidade temos de saber quem é o autor principal da obra. O desenhador ou o argumentista? Não existe, infelizmente, uma resposta nem da banda desenhada nem da Biblioteconomia para esta questão.

Uma zona que também deve ser alvo de alguma atenção é a zona da colação ou descrição física. É muito usual banda desenhada surgir com a especificação “toda il.” na zona da descrição física. Contudo, se atentarmos ao que dizem as Regras portuguesas de catalogação (exemplo [5]) no exemplo 5.2.3 chegamos à conclusão que a especificação pode ser inequívoca constando: “il. banda desenhada”. Isto porque a referida norma indica claramente que pela sua importância se pode especificar o tipo de ilustração que entendermos.

Também o campo referente à zona 6 colecção ou série é de extrema importância. Como vimos na tipologia das monografias a grande maioria das obras de BD desenvolve-se em diferentes volumes a que se convencionou chamar colecção. Muitas vezes as obras são mais conhecidas pela colecção do que pelo título próprio. Logo, o campo referente à zona 6 deve ser de preenchimento obrigatório.

De notar também que as obras cuja história ou narrativa se desenvolve em dois ou mais volumes deve ser objecto de uma catalogação a dois níveis.

Pontos de Acesso.

As Regras portuguesas de catalogação (exemplo [5]) fazem uma única alusão à banda desenhada.

«E.P.M. 4.6. *Obras ilustradas com pouco ou nenhum texto:*

2) *Rosto: Miguel de Cervantes Saavedra, don Quixote de la Mancha, desenhos, adaptação e fotografia de A. Albarrán*
[Banda desenhada].

Entrada principal: ALBARRÁN, A.

Entrada secundária: CERVANTES SAAVEDRA, Miguel de – Don Quixote de la Mancha»

Deste exemplo previsto nas RPC, houve quem extraísse que o ponto de acesso principal na banda desenhada era conferido ao desenhador sobrando para o argumentista o ponto de acesso secundário.

Contudo este exemplo em nada nos pode ajudar, uma vez que aquele a quem foi atribuído o ponto de acesso principal é também o argumentista. A obra em causa é uma adaptação para banda desenhada do D. Quixote. Pelo que Cervantes nunca poderia ser autor da obra, tal como nunca o seria se a obra fosse uma adaptação do D. Quixote para o cinema.

Pelo que continua por resolver a questão do ponto de acesso principal e secundário para a BD.

Não é pois de estranhar que no inquérito acima referido as bibliotecas que responderam tenham adoptado quatro critérios diferentes para a determinação dos pontos de acesso nas obras de banda desenhada. Assim:

- 30% das bibliotecas atribuem o ponto de acesso principal ao desenhador;

- 30% das bibliotecas atribuem o ponto de acesso principal ao autor que detém o destaque tipográfico ou que figura em primeiro lugar na folha de rosto, enquanto que aquele o que figura em segundo entra no campo 701 em co-autoria;
- 15% das bibliotecas atribuem o ponto de acesso principal ao argumentista;
- 15% das bibliotecas atribuem o ponto de acesso principal ao autor que detém o destaque tipográfico ou que figura em primeiro lugar, enquanto que aquele figura em segundo entra no campo 702 como responsável secundário.

Estão assim as bibliotecas portuguesas a catalogar a banda desenhada de forma diversa.

Funções de Responsabilidade.

Também as funções de responsabilidade em BD não têm paralelo com as funções de responsabilidade previstas no Unimarc, ou seja, não existem funções no Unimarc onde possamos “encaixar” as responsabilidades típicas de banda desenhada.

Assim, na banda desenhada podemos encontrar as seguintes funções ou responsabilidades:

- Criador – autor que cria uma determinada personagem ou série e que muitas vezes é seguida por outros autores (argumentistas, desenhadores, etc.). Exemplos: Bob Kane criou o Batman; Carl Barks criou o Tio Patinhas; Edgar Pierre Jacobs criou o Blake e Mortimer; Morris criou o Lucky Luke.
- Argumentista – responsável pelo guião da história. Na maior parte dos casos o argumentista é também a pessoa que define o plano das pranchas e os desenhos nas vinhetas.
- Desenhador – desenha as pranchas (páginas em BD) e as vinhetas (quadrados). Pode fazer apenas os desenhos em lápis, carvão e todo o restante trabalho ser feito por outros. Por vezes pode haver desenhador de personagens e desenhador de cenários (máquinas, paisagens, etc.) Muitas vezes as funções de argumentista e desenhador confundem-se pois pode acontecer que na preparação da história o argumentista desenhe os rascunhos das pranchas (entregando um trabalho quase completo ao desenhador). E pode acontecer, por outro lado, que o desenhador dê bastantes contributos ao nível do argumento.
- *Inker* (arte final) – Mais ligado ao universo da BD nas grandes editoras. É a pessoa que passa a tinta da china os desenhos do desenhador.
- Colorista – responsável pela coloração dos desenhos.

É, por conseguinte, urgente que o Unimarc preveja estas funções de responsabilidade, atribuindo-lhes uma designação e código, em especial para as funções de desenhador de banda desenhada e argumentista de banda desenhada.

Indexação

Também em matéria de indexação a banda desenhada apresenta algumas características diferenciadoras, até

porque as perguntas mais frequentes dos utilizadores diferem das perguntas habituais.

Na banda desenhada podemos dividir as perguntas mais frequentes em três níveis distintos:

- Por herói ou personagem (*e.g.*: Astérix, Batman, Homem Aranha, Demolidor, Snoopy, Cebolinha, Calvin). O grosso da produção em banda desenhada continua nos nossos dias a dirigir-se sobretudo a um público jovem. Neste sentido a figura do herói, da personagem principal ou anti herói continua a ter um papel determinante na formação dos gostos, nas tendências de leitura e sobretudo nas perguntas efectuadas ao documentalista (um pouco como sucede com a literatura juvenil ou policial em que os leitores procuram por Harry Potter, ou por Sherlock Holmes). Assim, é manifestamente importante que o sistema documental permita a recuperação da informação quando este tipo de pergunta é efectuado.
- Por imagem ou desenho. É, também, muito frequente os utilizadores efectuarem as perguntas (sobretudo em bibliotecas e centros de documentação especializados em BD) por determinada imagem ou desenho. A este nível, embora reconheçamos a importância da recuperação da informação por imagem, recomendamos a selecção das imagens a tratar, uma vez que o tratamento exaustivo corresponde a uma tarefa ciclópica. Para tal basta verificar que para uma pequena colecção de 7000 títulos de banda desenhada deverão corresponder cerca de 3,5 milhões de desenhos para tratar.
- Por tema ou assunto. Todos os assuntos que são tratados ou abordados na colecção geral de uma biblioteca pública são também abordados (aproveito para lembrar que o são com o mesmo rigor e seriedade) pela BD (*e.g.*: I Guerra Mundial, Desemprego, Descobrimientos, Globalização, Holocausto, História da Pérsia, História contemporânea do Afeganistão, Conflito israelo-palestiniano, Guerra Civil no Sudão, Imigração, etc.). Para este nível a biblioteca pode usar o mesmo sistema de indexação que utiliza para a colecção geral.

NECESSIDADE DE CRIAÇÃO DE UM GRUPO DE TRABALHO NA BAD PARA A NORMALIZAÇÃO DO PROCESSAMENTO DOCUMENTAL

Face a este conjunto de questões, sobretudo em matéria de processamento documental, que as normas continuam sem dar uma resposta adequada afigura-se de grande utilidade a criação de um grupo de trabalho de banda desenhada composto por bibliotecários e profissionais de biblioteca de preferência com algum conhecimento ou interesse e gosto pela banda desenhada, junto à BAD. Tal permitiria:

- O intercâmbio de experiências;
- A orientação no sentido de se abrirem novas vias de trabalho e actuação;
- A normalização do processamento documental de BD em Portugal;

Por outro lado as bibliotecárias e os bibliotecários poderiam escrever para as revistas especializadas sobre as suas experiências com a BD, sobre a selecção, as aquisições, as dificuldades do processamento documental, a arrumação nas estantes, o público da BD, os empréstimos e as acções de animação, tal como já começaram a fazer os nossos pares no estrangeiro (*vide* NOTAS).

CONCLUSÃO

Em jeito de conclusão gostaria apenas de relembrar e defender alguns pontos que vale a pena reter:

- A banda desenhada é apenas uma forma de expressão narrativa que utiliza imagens sequenciais combinada por vezes com a escrita para transmitir informação;
- Através da banda desenhada (tal como através da simples escrita) pode-se contar uma história de ficção, fazer um poema, uma biografia, um ensaio científico, uma reportagem jornalística ou até uma comunicação para um congresso de bibliotecários;
- A banda desenhada não é um meio exclusivamente dirigido a crianças e jovens;
- A banda desenhada pode servir de ponte entre a cultura visual dominante nos jovens e a cultura escrita;
- A leitura exclusiva de banda desenhada numa determinada fase da vida não desvia, mas fortalece os hábitos de leitura da criança e do adolescente;
- A banda desenhada pode levar os jovens que apenas frequentam a secção de multimédia e audiovisuais e frequentar a sala de leitura;
- A banda desenhada não deve ser marginalizada pelas bibliotecas;
- A banda desenhada tem diversas especificidades que ainda não foram devidamente analisadas pelas bibliotecas e que colocam alguns problemas e questões por resolver nas diversas fases da cadeia documental;
- As bibliotecas portuguesas estão a catalogar a banda desenhada de forma diversa;
- Para resolver estas questões sugere-se a criação de um grupo de trabalho da junto à BAD.

NOTAS

1. BARRETO, Adalberto – Como devo citar este quadrado?. Biblioteca. Lisboa. ISSN 0874-0224. 3 e 4 (1999) 107-110.
2. CALVET, Héctor ; CALVET, Sergio - Yo quiero un tebeo: els cómic, un forat negre als fons de les nostres biblioteques públiques. Item. Barcelona. ISSN 0214-0349. 34 (2003) 7-28.
3. CUADRADO, David. - La gestion y el desarrollo de una colección de cómic: Biblioteca Central de Tecla Sala. Educación y biblioteca. Madrid. ISSN 0214-7491. 134 (2003) 94-97.
4. CUADRADO, David. – Herramientas de selección de cómic. Educación y biblioteca. Madrid. ISSN 0214-7491. 134 (2003) 98-102.

5. Regras portuguesas de catalogação. Coord. técn., rev. e índices de Armando Nobre de Gusmão, Fernanda Maria Guedes de Campos, José Carlos Garcia Sottomayor. – 3ª reimp. – Lisboa : Biblioteca Nacional, 2000. – 1º v. ISBN: 972-565-242-8
6. SCOTT, Randall – Comics librarianship: a handbook. Jefferson : McFarland & Company, 1990. – 188 p. ISBN 0-89950-527-9